

ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS INCLUSIVAS DE GOIÁS

Cristiane Batista do NASCIMENTO
Universidade Federal de Goiás/ Universidade de Brasília
cris18bat@yahoo.com.br
Thaís Fleury AVELAR
Universidade Federal de Goiás
thaisfavelar@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa, intitulada O Ensino de Português para Surdos nas escolas públicas inclusivas de Goiás, faz parte do projeto de Prática como Componente Curricular – PCC – da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás – UFG – criado para participação dos alunos de letras. O projeto tem como objetivo principal conhecer a realidade do ensino de português para alunos surdos nas escolas públicas de Goiás bem como sondar se a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – tem sido valorizada como língua de instrução, investigar o conhecimento dos documentos legais relacionados à educação de surdos e se metodologia de português para surdos é de segunda língua (L2). Este trabalho parte do pressuposto de que a LIBRAS é a primeira língua do surdo. Os alunos aplicaram um questionário padrão para os professores de português. Por meio do questionário averiguamos os conhecimentos e concepções dos professores sobre os surdos e a metodologia de ensino da língua portuguesa. Com base nos dados percebemos que o ensino de português como L2 não ocorre, entretanto todos os respondentes demonstraram entender a importância da LIBRAS para o aprendizado da pessoa surda.

Palavra-chave: português como segunda língua; surdos; LIBRAS

1. Introdução

A presente pesquisa busca conhecer um pouco da realidade do ensino de português para surdos nas escolas públicas inclusivas de Goiás através dos conhecimentos e concepções que os professores demonstraram ao responderem um formulário sobre o dia a dia da escola e o que pensam a respeito dos surdos, da educação destes indivíduos, metodologia de ensino e formação profissional. Sondamos se a LIBRAS tem sido valorizada com língua de instrução do surdo e se o ensino de português como segunda língua (L2) para Surdos ocorre efetivamente.

Este trabalho surgiu de um projeto, que tem o mesmo título deste trabalho, criado para a participação dos alunos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), a pesquisa pertence a um trabalho maior chamado de Prática como Componente Curricular (PCC), cada professor ou grupo de professores criam seus projetos e orientam seus alunos nesta atividade.

As entrevistas desta pesquisa foram realizadas pelos alunos participantes do nosso projeto de PCC, tivemos vinte e dois (22) formulários respondidos pelos professores de diversas cidades de Goiás como Hidrolândia, Trindade, Goiânia, Porangatu, entre outras. Todavia, nesta pesquisa, analisamos apenas treze (13) questionários.

Neste trabalho fizemos uma análise preliminar de algumas das vinte cinco (25) perguntas que revelam conhecimentos e crenças dos professores a respeito da relação ensino-aprendizagem de pessoas surdas. Fizemos gráficos das respostas objetivas bem como analisamos o discurso das respostas subjetivas. Por fim, com base nas respostas dos professores pesquisados, fornecemos algumas ideias e sugestões que os professores de português para surdos precisam praticar para um aprendizado mais efetivo desse aluno.

2. Fundamentação teórica

Nesta pesquisa partimos do pressuposto de que a primeira língua (L1) dos surdos é a LIBRAS, como mencionado em MEC (2004, p. 21) a língua de sinais deverá ser sempre contemplada como língua por excelência de instrução em qualquer disciplina, especialmente na de língua portuguesa. A Lei 10.436/2002, lei de LIBRAS, também trata da importância desta língua para os surdos quando diz que esta é o “meio legal de comunicação e expressão”. Esta língua de sinais é considerada como a primeira língua dos surdos, por ser naturalmente adquirida, quando em contato com esta língua, o que não ocorre com o português que precisa ser ensinado de forma sistemática para ser apreendido pelos surdos. Contudo, segundo o parágrafo único da referida lei “a LIBRAS não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”.

A língua portuguesa como segunda língua (L2) é um direito do surdo garantido legalmente, como outorga o Decreto 5.626/2005 que para garantir o acesso das pessoas surdas à educação prever no art. 14, parágrafo 1º, inciso II que seja ofertada, “obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da LIBRAS e também da língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos”.

O ensino de português para surdos ainda encontra-se incipiente no Brasil. Vários professores de língua portuguesa não sabem como ensinar os seus alunos surdos que estão incluídos nas escolas regulares. Os professores se deparam com alunos que necessitam de um ensino diferenciado, todavia esses profissionais da educação não têm o preparo e orientações prévias para atender esse público idiossincrático e acabam por usar a mesma metodologia para ensinar surdos e ouvintes.

O respeito às diferenças tem contribuído muito para que os surdos possam ser atendidos em suas especificidades. Infelizmente, por falta de conhecimentos específicos nas áreas de educação de surdos, muitos professores possuem crenças errôneas a respeito do ensino destinado a esse público.

Após essas argumentações, fica claro que o português precisa ser ensinado como uma segunda língua e a Libras, por sua importância no desenvolvimento cognitivo e social na vida das pessoas surdas, tem tido reconhecimento como língua de instrução, ou ao menos, tem sido considerada importante para o processo de ensino como esclarece MEC (2004, p. 20):

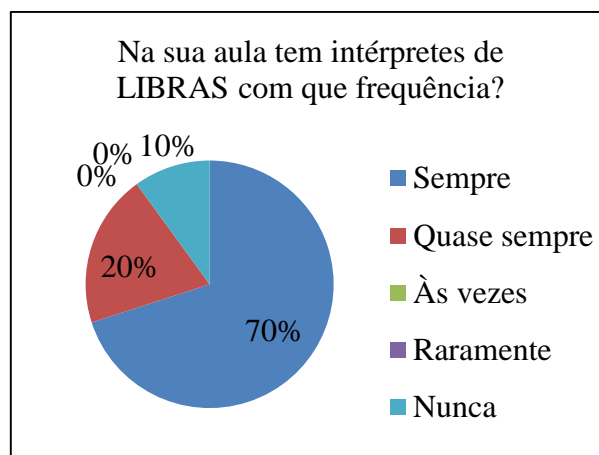
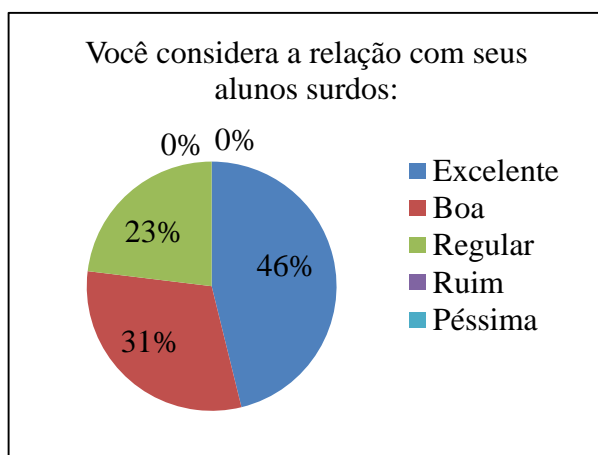
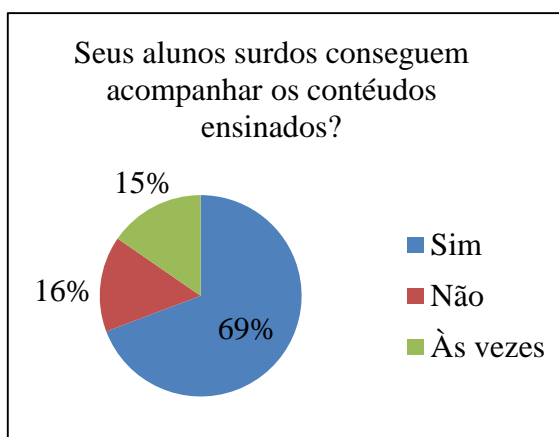
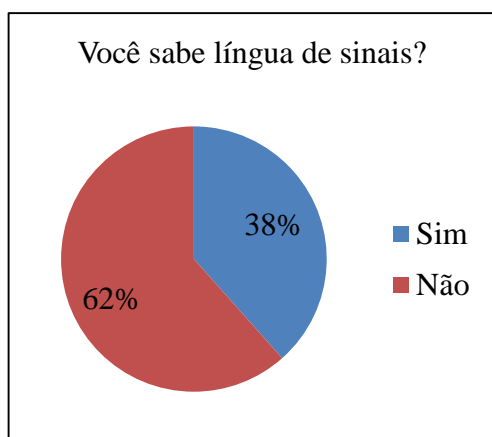
A leitura deve ser uma das principais preocupações no ensino de português como segunda língua para Surdos, tendo em vista que constitui uma etapa fundamental para a aprendizagem da escrita. Nesse processo, o professor deve considerar, sempre que possível, a importância da língua de sinais como um instrumento no ensino do português.

O reconhecimento da importância dessas duas línguas na vida dos surdos brasileiros, LIBRAS e português, é fundamental para a constituição da cidadania plena do sujeito surdo. Por isso, existe todo um aparato legal e conhecimentos específicos que o professor de língua portuguesa para surdos precisa apropriar-se para exercer a função de forma eficiente e efetiva.

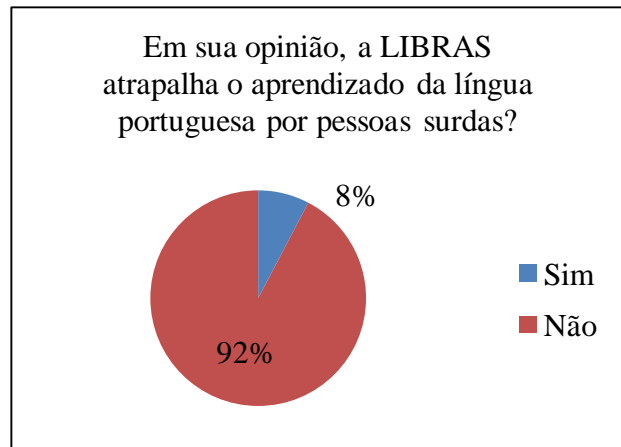
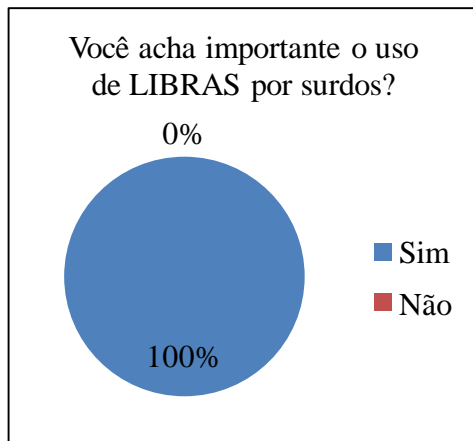
3. Análise dos dados

A seguir apresentaremos a análise dos dados, primeiro mostraremos os gráficos das perguntas objetivas e depois passaremos para análise de algumas perguntas subjetivas. Os gráficos estão organizados em blocos obedecendo à divisão do questionário completo com as vinte e cinco perguntas que se encontram no anexo do trabalho, os temas dos blocos são: informações gerais de sala de aula, o papel da língua de sinais, documentos legais, metodologia de ensino e formação do professor. Os professores entrevistados ministram aula de língua portuguesa nos níveis de alfabetização de jovens e adultos (EJA), 1º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º e 3º ano do ensino médio.

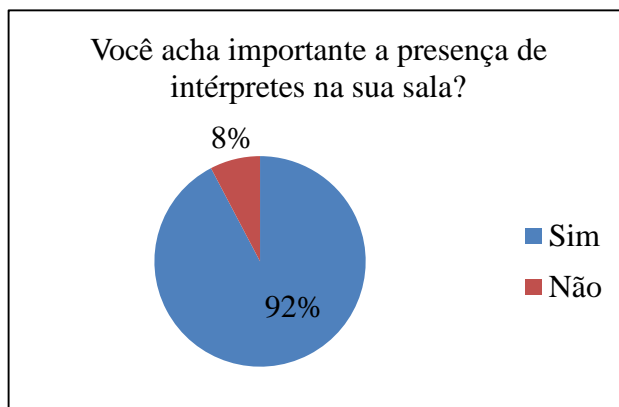
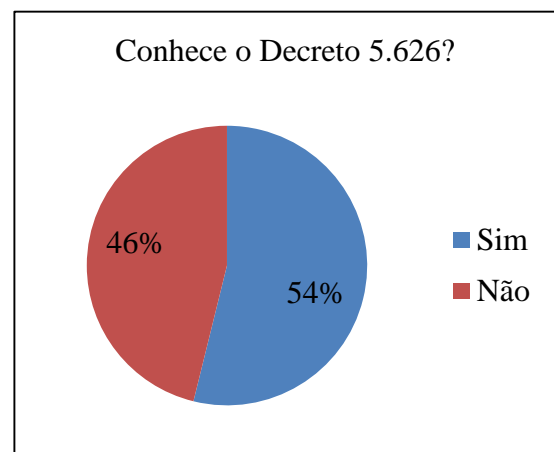
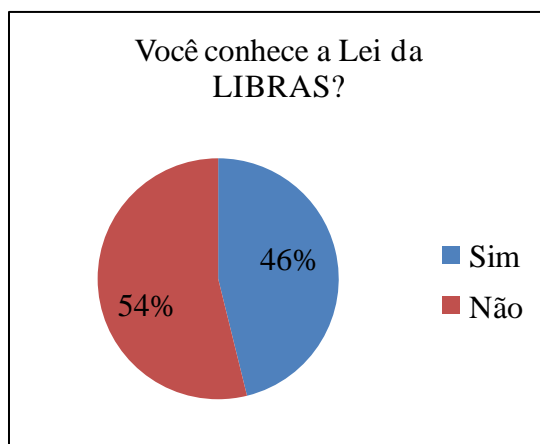
3.1 Informações gerais de sala de aula:



3.2 O papel de língua de sinais:



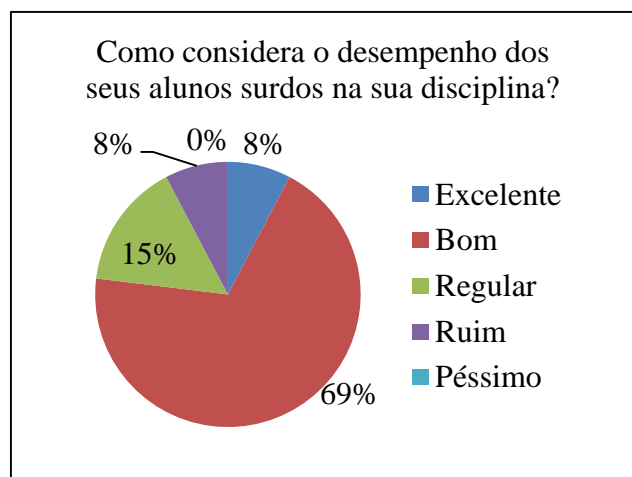
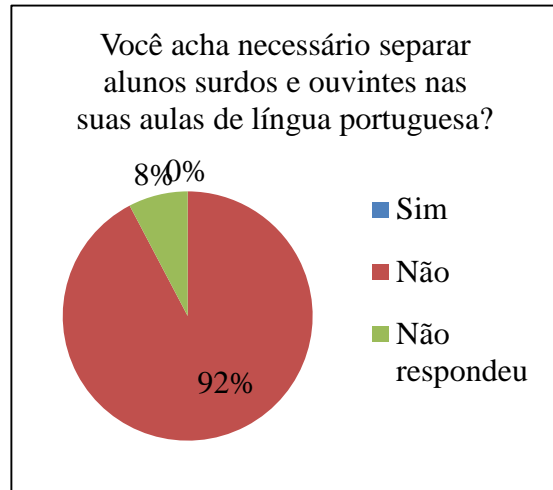
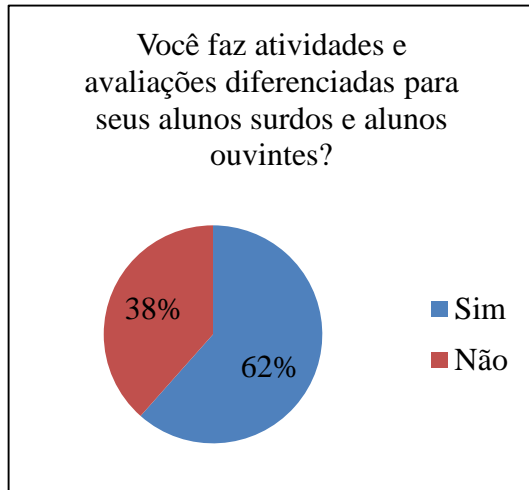
3.3 Documentos legais:



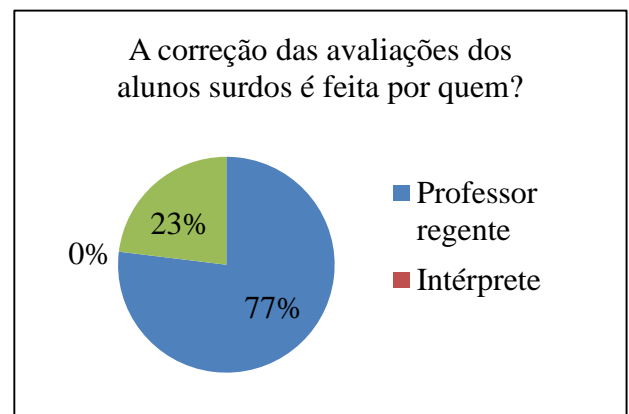
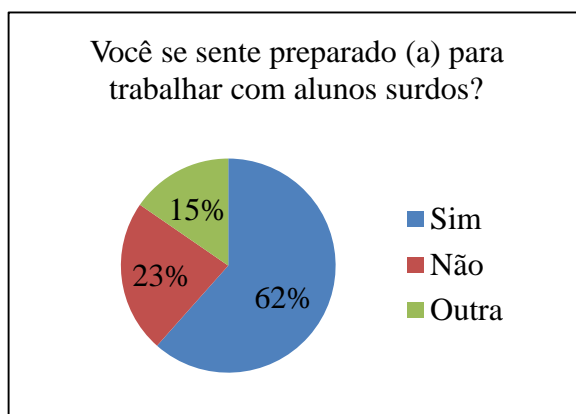
Neste gráfico acima é importante salientar que todos os professores reconhecem a importância do profissional intérprete, os 8% que não acham importante a

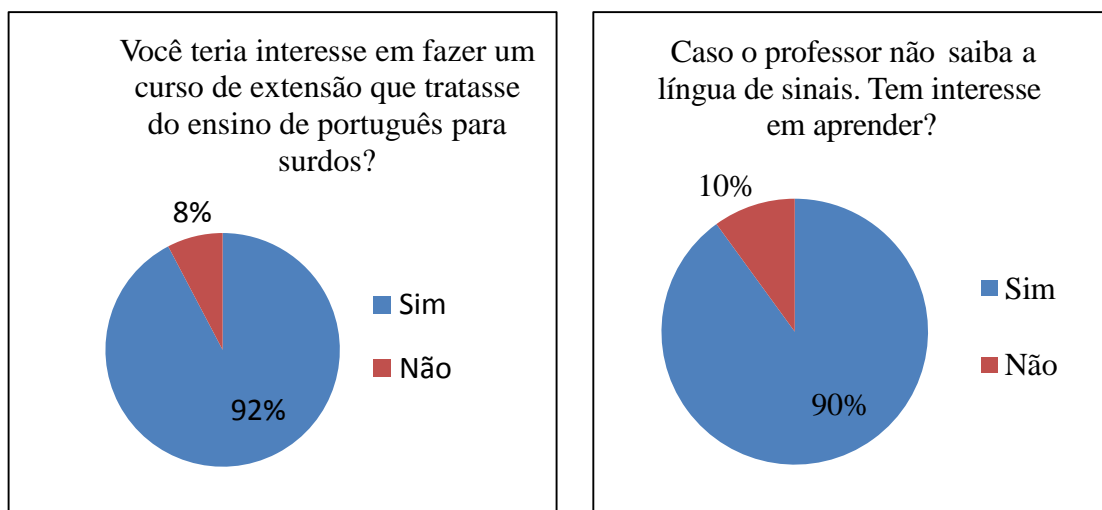
presença do intérprete justificam-se dizendo que sabem a língua de sinais por isso a presença desse profissional é dispensável.

3.4 Metodologia de ensino:



3.5 Formação do professor:





Agora analisaremos algumas perguntas subjetivas. A primeira pergunta que vamos analisar é a cinco que trata da comunicação em sala de aula. Os dados da pesquisa nos mostram que a maioria dos professores conta com o apoio de intérprete para se comunicar com os alunos surdos, alguns usam a LIBRAS, outros leitura labial, sinais isolados, ou os próprios alunos surdos como mediadores da interação com o professor ouvinte e outros alunos surdos, gestos, escrita e um dos professores descreveu a forma de comunicação como precária.

Vimos que 92% dos professores não acham necessário separar surdos e ouvintes na aula de português e os 8% restante não explicitaram esta necessidade fundamental. As justificativas apresentadas pelos professores para inclusão de surdos e ouvintes na aula de língua portuguesa foram as seguintes: Surdos e ouvintes da instituição estão no mesmo nível, respeita a inclusão, bom para interação em LIBRAS entre surdos e ouvintes, a sociedade é de surdos e ouvintes, o surdo se socializa, supera desafios, aprender na diversidade é um direito e separar é preconceito.

Muitos dos argumentos dos professores para inclusão são bastante questionáveis, como alunos ouvintes, que têm o português com língua materna, e surdos, que têm o português como uma segunda língua, podem estar no mesmo nível? Deve-se respeitar as políticas educacionais como a inclusão, mas também podemos questioná-las se não estão beneficiando os alunos incluídos. Quanto à interação em LIBRAS e socialização dos alunos surdos, não é isso que tem sido observado, na maioria das escolas o aluno surdo continua isolado e muito poucos são os colegas de classe que aprendem LIBRAS. O argumento de superar desafios também é muito frágil, na maioria das vezes o aluno se sente inferior aos ouvintes e não aprendem. Lamentavelmente, nenhum professor deixou explícita a necessidade de separar alunos surdos e ouvintes.

A partir dos dados, vimos também que 62% fazem atividades e avaliações diferenciadas para seus alunos surdos e alunos ouvintes e 38% dos professores não realizam atividades diferenciadas. Dentre os que fazem as questões diferenciadas as justificativas são: as atividades levam em consideração o grau de dificuldade do aluno independente de serem surdos ou ouvintes, a dificuldade da linguagem do surdo precisa ser adaptada, mais acessível, que pode ser a ajuda dos intérpretes ou usar vocabulário mais simples, percebe que a produção escrita do surdo é diferente, o modo de avaliar o surdo é diferente, mas o professor afirma: “não é só o surdo, mas todo aluno com necessidades educacionais especiais”, as atividades devem contemplar a dificuldade dos alunos e acha que melhora e dinamiza o ensino.

O fato dos professores criarem atividades diferenciadas é positivo, entretanto parece que alguns professores ainda não entenderam a especificidade linguística do surdo que usa a língua portuguesa como segunda língua, já cadeirantes ou cegos têm o português como língua materna.

Infelizmente, 38% dos professores ainda nem reconhecem a necessidade de atividades e avaliações diferenciadas e as justificativas são: exclusão do surdo, o professor não se sente preparado pedagogicamente para fazer atividades diferentes para surdos e cegos e acha desnecessário, pois o tratamento deve ser igual.

Para concluirmos a análise das respostas subjetivas trataremos da pergunta vinte que é você acha que o professor de Surdos deve trabalhar o português oral? Por quê? Infelizmente 46% dos professores acham que devem trabalhar o português oral, 38% dizem que não e 16% não sabe opinar ou disseram sim e não ao mesmo tempo para essa resposta. As justificativas a favor da oralização pelos professores de português foram as seguintes: para observar a interpretação que os alunos conseguem obter após o trabalho oral, a sociedade não fala com escrita, devido à leitura labial ser desenvolvida, não considera a LIBRAS suficiente porque o aluno surdo convive com pessoas ouvintes, para auxiliar a expressão oral, levá-lo a se comunicar através da fala, a escrita é relativamente fácil, a fala é a maior barreira e é uma forma de socialização.

Contudo, os professores contrários a fazer o papel de ensinar oralização para pessoas surdas justificaram usando os seguintes argumentos: se o aluno for oralizado e quiser aprender, não vejo problemas. Todavia, nenhum surdo deve ser obrigado a oralizar, visto que eles já possuem uma língua: a língua de sinais, porque eles não ouvem e seria desnecessário porque não lhes trariam nenhum benefício de som e a parte oral é tarefa do(a) fonoaudiólogo(a).

Como podemos perceber, o Oralismo ainda está bastante presente na educação dos surdos, a associação da fala com aprendizado efetivo, entretanto, o surdo oralizado pode assemelhar-se a um papagaio se não sabe o que significa os sons emitidos. Mesmo se o surdo tiver interesse em oralizar, concordo com a resposta de alguns professores que delegam esta tarefa para o profissional certo, o fonoaudiólogo, e não o professor que não estudou para fazer esse tipo de trabalho.

4. Sugestões e ideias para os professores de português como L2 para surdos

Neste tópico, sugerimos quatro práticas que o professor de português para surdos pode realizar para melhores resultados no ensino desta língua: separar surdos e ouvintes na aula de língua portuguesa, pois esta prática não se trata de exclusão e sim, atender a especificidade linguística da pessoa surda. Para exemplificar melhor essa situação, podemos pensar em brasileiros ouvintes aprendendo a língua inglesa, se eles estão em níveis diferentes, devem frequentar salas de níveis diferentes, também podemos pensar em brasileiros que vão para o exterior, quando estudam a língua local, o ensino se dá com a metodologia de segunda língua e não como nativos, da mesma forma são os surdos, eles possuem um nível de língua portuguesa diferente e esta não é sua primeira língua por isso a necessidade de separá-los.

A segunda sugestão é diretamente relacionada à primeira, se o conteúdo e o nível de língua são diferentes, conclui-se que as atividades também devem ser diferenciadas, nessas atividades deve-se levar em consideração as habilidades visuais que os alunos surdos possuem.

O ensino de L2 precisa ter o lúdico, já que não é natural como a aquisição da primeira língua, o professor precisa trabalhar temas interessantes e úteis como instrução de jogos, receitas, bulas de remédio, sempre respeitando o público-alvo. Por exemplo, usar o texto da bula de um anticoncepcional com as adolescentes pode ser interessante, ou mesmo o texto de instrução para usar aplicativos de celular para atrair e motivar o aluno surdo pode funcionar, escolher textos e jogos a partir dos interesses de faixa etária e necessidades.

A última sugestão é a que os professores busquem formação, o professor precisa está em constante formação, ele deve procurar fazer cursos, ler bibliografias, familiarizar-se com os documentos legais a respeito da educação de surdos. Existem livros que podem ser facilmente acessados e baixados da internet e os documentos legais também estão nos domínios públicos.

5. Considerações finais

O ensino de português como segunda língua não tem acontecido, a disciplina de língua portuguesa, na maioria dos casos, tem sido ministrada juntamente com os ouvintes. Entretanto, a LIBRAS tem sido valorizada com primeira língua dos surdos no momento em que os professores reconhecem a importância da LIBRAS e do intérprete em sala de aula. Infelizmente a maioria dos professores não tem fluência em LIBRAS, trabalham sem nunca terem realizado um curso sobre educação de surdos. Os dados mostram ainda que há mais professores que se sentem preparados para trabalhar com surdos do que professores que tenham alguma formação em educação de surdos.

Indubitavelmente, percebemos que alguns professores se esforçam e preparam atividades e avaliam de forma diferenciada seus alunos surdos. Contudo, se os conteúdos forem de primeira língua dificilmente terão bons resultados. Sugerimos como medida necessária e urgente à separação de surdos e ouvintes nas aulas de língua portuguesa.

Referências

- BRASIL. **Decreto-Lei n.5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10436 de 22/04/02 e o art. 18 da Lei 10.098 de 19/12/00.**
_____. Lei n. 10436, de 22 de abril de 2002. Oficializa a LIBRAS.
- GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.**
- MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.**
- QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.**
- QUADROS, R.M; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.**
- SACKS, O. W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.**
- SALLES, H. M. L.; FAULSTICH, E; CARVALHO, O. RAMOS, A. A. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol 1 e 2. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEESP**

ANEXO - FORMULÁRIO

Informações gerais de sala de aula

- 1) Em qual(is) série(s) você ministra aula de língua portuguesa que tem alunos surdos?

- 2) Quantos alunos surdos você tem em sala de aula?

- 3) Você considera a relação com seu(s) aluno(s) surdo(s):

() excelente ()boa ()regular ()ruim ()péssima

- 4) Você sabe língua de sinais?

() sim () não

- 5) Como você se comunica com os alunos surdos em sua aula?

- 6) Seus alunos surdos conseguem acompanhar os conteúdos ensinados?

() sim () não

- 7) Na sua aula tem intérpretes de LIBRAS com que frequência?

() sempre () quase sempre () as vezes () raramente () nunca

- 8) Os alunos surdos têm aulas de reforço ou apoio para a disciplina de Português?
Quem oferece o reforço para esses alunos?

O papel da Língua de Sinais

9) Você acha importante o uso da LIBRAS por surdos?

() sim () não

10) Em sua opinião, a LIBRAS atrapalha o aprendizado da língua portuguesa por pessoas surdas?

() sim () não

Documentos legais

11) Você conhece a Lei de LIBRAS?

() sim () não

12) Conhece o Decreto 5.626?

() sim () não

13) Caso conheça esse decreto, como ele interfere na sua atuação em sua aula?

14) Você acha importante a presença de intérpretes na sua aula?

() sim () não

Metodologia de ensino

15) Você acha necessário separar alunos surdos e ouvintes nas suas aulas de língua portuguesa?

() sim () não

Por quê?

16) Você faz atividades e avaliações diferenciadas para seus alunos surdos e alunos ouvintes?

() sim () não

Por quê?

17) Caso as atividades sejam diferenciadas, o que é feito de diferente?

18) Caso a correção seja diferenciada, o que é diferente na correção?

19) Como considera o desempenho dos seus alunos surdos na sua disciplina?

excelente bom regular ruim péssimo

20) Você acha que o professor de Surdos deve trabalhar o português oral?

sim não

Por

quê? _____

Formação do professor

21) Realizou algum curso sobre a educação das pessoas surdas?

sim não

22) Você se sente preparado(a) para trabalhar com alunos surdos?

sim não

23) A correção das avaliações dos alunos surdos é feita por quem?

professor regente intérprete outros: _____

24) Caso o professor não saiba língua de sinais. Tem interesse em aprender?

sim não

25) Você teria interesse em fazer um curso de extensão que tratasse do ensino de português para Surdos?

sim não